



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Trabalho Profissional.

## O SERVIÇO SOCIAL NO SINDICATO DOS/AS TRABALHADORES/AS DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS

Taciane Couto Gonçalves<sup>1</sup>  
Lorhana Luiza Lopes<sup>2</sup>

**Resumo:** Após debate teórico sobre o capitalismo contemporâneo e um resgate da trajetória do Sindicato dos/as Trabalhadores/as da Educação de Minas Gerais, será apresentado um relato de experiência sobre o Serviço Social na entidade em questão. Trata-se de um esforço inicial para sistematizar o exercício profissional em um dos espaços socio-ocupacionais ainda pouco debatido pela profissão.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Trabalho; Movimentos Sociais; Sindicato.

**Abstract:** After a theoretical debate on contemporary capitalism and a rescue of the trajectory of the Union of the Workers of the Education of Minas Gerais, will be presented an experience report on the Social Service in the entity in question. This is an initial effort to systematize the professional practice in one of the socio-occupational spaces little debated by the profession.

**Keywords:** Social Work; Labor; Social movements; Syndicate.

### Introdução

O presente artigo propõe apresentar alguns aspectos acerca do trabalho profissional desenvolvido no âmbito do Sindicato dos/as Trabalhadores/as da Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG). Busca-se, com isso, contribuir para o registro, memória e análise a respeito da interlocução e inserção profissional do Serviço Social nas organizações da classe trabalhadora, um dos espaços socio-ocupacionais pouco desbravados em nossa literatura profissional.

Organizado em três partes, iniciamos com uma retomada teórica da crise estrutural do capitalismo que demarca a contemporaneidade, seguindo por um recorte temporal e conceitual mais adequado ao tema aqui proposto. Em seguida, trataremos da retomada da luta sindical no Brasil e da trajetória do SINDUTE/MG, entendendo a pertinência desta retomada da luta sindical para a caracterização e compreensão do espaço socio-ocupacional em que se insere a profissão, seguindo o mesmo recorte temporal (segunda metade do século XX aos dias atuais). Feito isso, passaremos ao terceiro momento do

---

<sup>1</sup> Professor com formação em Serviço Social, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: goncalves.taciane@gmail.com.

<sup>2</sup> Profissional de Serviço Social, Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (SIND-UTE/MG). E-mail: goncalves.taciane@gmail.com.

artigo, onde o trabalho profissional que vem se desenvolvendo no SINDUTE/MG será descrito e analisado.

## **I. Crise do capital e neoliberalismo**

A história do desenvolvimento do capitalismo é a história de sucessivas crises econômicas. Ainda que se tenha registrado o redimensionamento das funções do Estado e de outras instituições sociais como resposta ou mesmo como recurso para se precaver e antecipar as crises, a permanência das mesmas no atual sistema só reforça a ineliminável vinculação das crises com este modo de produção, corroborando a afirmação de que não existe e nunca existirá capitalismo sem crise (MARX, 2013; MANDEL, 1982).

As crises econômicas no modo de produção capitalista (MPC) deixam raízes na contradição basilar desse sistema de produção: na contradição capital-trabalho, na contraposição entre a classe detentora dos meios de produção e dos frutos do trabalho e a classe produtora da riqueza social. Tendo em vista que as relações sociais de produção decorrem do regime de propriedade que, por sua vez, determina a repartição do excedente produzido e que o regime de propriedade no MPC justifica-se na contradição posta numa produção socializada e numa apropriação privada, perceberemos que esta contradição basilar que se situa na infraestrutura econômica da sociedade se manifestará no nível social, político e histórico como um processo específico de luta de classes (MARX, 2013; MANDEL, 1982).

A contradição capital-trabalho reveste-se do antagonismo político-ideológico do proletariado e da burguesia, antagonismo que é deflagrado agudamente em épocas de crise, quando a solução reside em substituir o modo de produção capitalista por outro superior, mais avançado e que supere a relação de exploração. Contudo, enquanto tal superação não se efetiva, o MPC avança reiterando todas as suas contradições inerentes e instaurando novas.

A entrada do monopolismo na sua fase contemporânea (1970 aos dias de hoje) implicou, no bojo das significativas alterações operadas, num ataque sistemático ao movimento sindical. O movimento sindical passou a ser vítima de um discurso que o responsabilizava pelo excesso de serviços sociais que demandavam e oneravam o Estado, fazendo surgir uma crise fiscal ou crise de governança. Simultaneamente, na esfera da produção introduziram-se mudanças no padrão de acumulação dando lugar (em substituição ao taylorismo-fordismo) à chamada acumulação flexível.

Ao contrário da forma rígida de produzir que caracterizou o taylorismo-fordismo, a acumulação flexível ainda busca atender ao mercado de massas, só que com uma maior flexibilidade, atendendo às variabilidades culturais, regionais, os nichos de consumo, desterritorializando a produção, etc. Sobre esta última, inclusive, registrou-se que a desconcentração industrial promovida viabilizou uma maior exploração da força de trabalho, visto a dificuldade que impôs à organização sindical, tornando ausente a legislação trabalhista e remunerando a preços baixos a força de trabalho. Deve-se considerar também o impacto da incorporação de técnicas e tecnologias avançadas que, uma vez incorporados no processo de produção, afetaram diretamente a força de trabalho ao instaurar a redução da demanda por trabalho vivo e solicitação de um trabalhador polivalente (ANTUNES, 2015).

Estas mudanças no mundo do trabalho vieram acompanhadas de um arcabouço ideocultural que as “justificam” e “legitimam” a todo custo, conformando o que chamamos de ideário ou projeto neoliberal. Vemos então uma retomada de antigos princípios do liberalismo serem reatualizados e requentados: a suposta defesa do estado de direito; a defesa intransigente da propriedade privada; defesa apaixonada do livre mercado em detrimento à intervenção estatal na economia.

Nesse bojo, presenciamos a reafirmação de uma igualdade formal (perante a lei) que não encontra uma realidade correspondente em termos econômicos, sociais, políticos. A defesa de um Estado mínimo pelo projeto neoliberal ganha materialidade num Estado verdadeiramente mínimo para o social, pois, mais do que nunca a estrutura burocrática do Estado será colocada à disposição dos interesses econômicos da classe dominante, sendo orientado a:

*a) garantir os fundamentos da acumulação capitalista (a propriedade privada, a exploração, o controle capitalista sobre o destino da riqueza socialmente produzida e a repressão a todo ato que ameace a “estabilidade social”); b) promover a legitimação da ordem social vigente (tanto garantindo o envolvimento e o respeito às leis, quanto criando a vinculação e o compromisso dos cidadãos com um ideológico Estado neutro e um também ideológico sistema de liberdade e igualdade de oportunidades para todos); e c) responder a demandas das classes trabalhadoras, desde que não corroam os aspectos anteriores, constituindo tais respostas (leis e direitos trabalhistas, direitos e serviços sociais, direitos políticos), [...], verdadeiras conquistas de trabalhadores e setores subalternos da população. (DURIGUETTO; MONTAÑO, 2011, p. 143-144. Grifos do/a autor/a).*

Na condição de trabalhador/a assalariado/a, o/a assistente social sofre os rebatimentos desse cenário, tanto por se encontrar dentre aqueles/as que dispõem, exclusivamente, da venda de sua força de trabalho como alternativa para obter seu sustento como por desenvolver seu trabalho, prioritariamente, no âmbito das políticas sociais que, em razão da vigência do neoliberalismo, se tornam cada vez mais fragmentadas, setorializadas, focalizadas e desfinanciadas (uma realidade que, em certa medida, há muito vem sendo debatida e estudada na profissão).

Tendo em conta os espaços socio-ocupacionais possíveis de atuação profissional dos/as assistentes sociais para além das políticas sociais, pesquisadores/as na área do Serviço Social têm problematizado a baixa produção e sistematização sobre o trabalho profissional junto às organizações da classe trabalhadora. Cientes dessa lacuna e visando contribuir com tal discussão, apresentaremos a seguir alguns elementos acerca do sindicalismo e do trabalho na área sindical.

## **II. Sobre a trajetória do Sind-UTE/MG<sup>3</sup>**

A breve contextualização realizada acerca do cenário do capitalismo nas décadas de 1970 e 1980, faz-se necessária para conseguirmos apontar os desdobramentos sobre o sindicalismo no Brasil, que se desenrolou nesse período. Momento que estava em curso uma das crises mais agudas do modelo de produção capitalista e que gerou drásticas consequências na forma de organização dos/as trabalhadores/as.

No Brasil, os setores dominantes no governo empenhavam-se em articular uma transição “pelo alto” do regime político (foram algumas das medidas tomadas na época: a promulgação do AI-5, eleições diretas para senadores, lei de anistia, por exemplo). Atentos aos sinais da crise estrutural do capitalismo e experimentando a perda de legitimidade em decorrência dos anos de autoritarismo e do fim do então chamado “milagre econômico”, a classe dominante deparou-se com uma movimentação em ascensão no interior da sociedade brasileira, uma efervescência de movimentos sociais e sindicalistas.

Processos grevistas passaram a representar um avanço político e uma possibilidade concreta de unificar a luta da classe trabalhadora, uma vez que se viu incorporar às pautas corporativistas da luta sindical, pautas políticas como a luta pela Reforma Agrária ou a luta pelo não pagamento da dívida externa. Tal fato foi tão significativo que demarcou um novo estágio de desenvolvimento alcançado pelo sindicalismo no Brasil.

Registrou-se nesse período a construção, em 1980, do Partido dos/as Trabalhadores/as (PT) e, em 1983, da Central Única dos/as Trabalhadores/as (CUT), além da campanha em torno das “Diretas Já!” e da Constituinte. É também neste marco histórico que se engendra a trajetória do Sindicato único dos trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE\MG).

---

<sup>3</sup> As informações contidas nesse item do artigo foram extraídas do site do Sind-UTE/MG, devidamente referenciado ao final deste artigo.

O Sind-UTE/MG teria surgido com a criação da União dos Trabalhadores do Ensino (UTE), em 1979, durante o primeiro Congresso dos Educadores de Minas Gerais na cidade de Belo Horizonte. Uma luta desatrelada do Estado e que unificada os diferentes segmentos profissionais da área da Educação, consolidou-se durante a greve iniciada em 17 de maio de 1979 que reivindicava melhorias salariais e de trabalho.

Nos anos que se seguiram, a UTE estruturou-se organizativa e politicamente. Foi uma das primeiras entidades de Minas Gerais a filiar-se à CUT, além de filiar-se também à Confederação dos Professores do Brasil (CPB), posteriormente, tornada Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

Tendo adquirido considerável bagagem político-organizativa em decorrência dos enfrentamentos, greves, lutas e mobilizações que promoveu, em 1990, as lideranças da UTE identificaram a necessidade de unificar as entidades dos/as trabalhadores/as em Educação de Minas Gerais. Unificaram-se, então: UTE, Associação de Orientadores Educacionais de Minas Gerais (AOEMIG), Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública de Belo Horizonte (Sintep), Sindicato dos Profissionais da Educação Pública de Minas Gerais (Sinpep, ex-APPMG, que posteriormente retira-se do processo de unificação) e Associação de Diretores e Vices de Escolas Municipais de Belo Horizonte (ADVEM). Durante o Congresso realizado entre os dias 15 a 18 de agosto de 1990, surge o Sindicato Único dos/as Trabalhadores/as em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG).

Outro evento de relevância na história mais recente do Sind-UTE/MG ocorreu no início da década de 2010, com a realização de duas greves, uma iniciada em abril de 2010, durando 47 dias e outra em junho de 2011, em resposta aos baixos salários, à inércia do Governo de Minas e ao não cumprimento da Lei Federal 11.738/2008, que institui o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN). Esta última tornou-se a maior greve da educação em Minas Gerais, ganhando dimensões inimagináveis e mobilizando a categoria profissional por 112 dias. O impacto desta greve foi tamanho na sociedade civil que outras categorias e movimentos sociais somaram-se às lutas e construíram no estado um movimento político que expressa, de forma genuína, a solidariedade da classe trabalhadora: O “Quem Luta Educa”. Tal articulação reuni desde seu surgimento: movimentos populares, camponeses, urbanos, de negras e negros, juvenil, de mulheres, ambientalistas, pastorais, dentre outros sujeitos com experiências pedagógicas, de formação e mobilização diversas. Organizam-se em torno de lutas que vão da reivindicação por melhores condições de vida até a luta pela emancipação da classe trabalhadora.

Desde seu surgimento, pode-se dizer que o Sind-UTE/MG escreve sua história junto aos processos mais amplos de mobilização e luta da classe trabalhadora de Minas Gerais e do país. Atuou na luta pela redemocratização; em defesa da anistia aos/às presos/as políticos/as da ditadura militar; na campanha por eleições livres e diretas em 1984; no movimento pelo impeachment de Collor; organizou mobilizações e greves da categoria; mantém uma articulação com outros movimentos populares; posicionou-se contra o golpe de Estado inaugurado em 2016. Além disso, o sindicato sustenta-se, financeira e politicamente, de forma autônoma através da contribuição de sua base social, respondendo às demandas da conjuntura (e estruturais) através da organização e da formação, sempre organizando conferências, congressos, plenárias, seminários, lutas e greves por melhores condições de vida e trabalho.

### **III. A inserção do Serviços Social no sindicato: relato da experiência do trabalho desenvolvido no Sind-UTE/MG**

A primeira experiência de inserção profissional para o Serviço Social no âmbito do Sind-UTE/MG teve início em fevereiro de 2018 e decorre de uma demanda da coordenação geral do sindicato que, após conhecer a contribuição destes/as profissionais em experiências de trabalho de outros sindicatos no interior estado, interessou-se em inserir tal profissional no desenvolvimento de atividades, a priori, mais especificamente direcionadas aos/às servidores/as aposentados/as filiados/as além de contar com o/a mesmo/a para auxiliar em assessorias e espaços de formação junto à entidade.

Em termos de condições de trabalho, a contratação da atual assistente social, de vínculo celetista, tem respeitado a lei nº 12.317\10 que institui a duração de trabalho do assistente social em 30 horas semanais, sem redução do salário. A mesma dispõe de um local de trabalho modesto, mas que garante uma sala reservada, dispõem de mobiliário novo, computador com internet e que resguarda o sigilo de quem precisar de atendimento individual. Vale dizer que o Sind-UTE/MG é constituído de cerca de 84 subsedes, ficando a assistente social responsável por lidar, apenas, com as questões referentes a Belo Horizonte.

Tendo tais elementos em conta, o que inicialmente a coordenação geral do sindicato solicitou à profissional foi a elaboração de um projeto de trabalho em que a mesma apresentaria uma proposta de intervenção a ser apreciada pela entidade empregadora.

Durante o período decorrido desde a contratação, a assistente social acompanha os atendimentos dos plantões do corpo jurídico, por estes se configurarem como “a porta de entrada” das demandas espontâneas que aparecem na sede do Sind-UTE\MG.

Durante duas semanas em que a assistente social acompanhou os plantões do jurídico, foi possível identificar a situação precarizada a qual estão submetidos/as os/as trabalhadores/as da Educação do estado de Minas Gerais, inegável expressão de um projeto de sucateamento da educação pública e de precarização das condições de trabalho desse segmento. Dentre as problemáticas trazidas ao sindicato predomina a denúncia de assédio moral, materializadas em conflitos entre diretores/as e professores/as, professores/as e auxiliares de serviços da educação básica (ASB).

A partir disso, além do trabalho com as/os aposentadas/os, que foi a demanda apresentada pela direção da entidade contratante, apresentou-se a proposta de acompanhar as diretorias das 7 subseções situadas em Belo Horizonte e, quando necessário, desenvolver atividades em escolas no formato de “rodas de conversa” sobre o tema do assédio moral. No que tange o trabalho com os/as aposentados/as, propôs-se a realização de encontros mensais para discutir o processo de envelhecimento, as condições de vida dos/as aposentados/as, identificar as demandas e apresentar a rede socioassistencial de Belo Horizonte, fortalecer os vínculos com o sindicato e suas lutas, além de contribuir para o fortalecimento da cidadania com atividades culturais e de lazer.

A sede do Sind-Ute/MG divide as demandas de trabalho nos setores jurídico, financeiro, administrativo, formação, memória, tecnologia da informação, além da, secretaria, almoxarifado, gráfica, vigilância e serviços gerais. Como o Serviço Social não se vincula diretamente a nenhum destes setores da sede, um meio de divulgar a atuação da assistente social foi a construção de um mural em que, mensalmente, se publicizaria informações a respeito do caráter da intervenção profissional, orientando-se pelo conteúdo contido em um guia básico para compreender a profissão, produzido pelo conjunto CFESS\CRESS, além de informar e tratar de datas importantes sobre direitos humanos, e de publicizar o e-mail e horário de atendimento do serviço social no sindicato.

Embora tenha-se apresentado um projeto de trabalho com atividades planejadas para o ano de 2018, não foi possível concretizá-lo, uma vez que a autonomia profissional esbarra nos interesses da contratante. Uma situação simples que exemplifica isso, diz respeito ao fato de que as atividades dos grupos de aposentadas/os não puderam ser implementadas por não ter um local, na sede, apropriado para receber o número estimado de pessoas (ainda que a questão do local já houvesse sido sinalizada no projeto elaborado pela

assistente social, ressaltando a possibilidade de articular com outros sindicatos que dispõem de salões amplos).

Há também o fato de que as atividades de trabalho acabam subordinando-se às demandas conjunturais impostas ao sindicato e à agenda de lutas do mesmo. Exemplo recente foi o privilegiamento das eleições nacionais e estaduais que demandou parte considerável dos esforços e trabalho de vários/as técnicos/as do sindicato. Entende-se contudo que se tratou de um período extremamente importante para a defesa da democracia e dos direitos da classe trabalhadora, uma vez que ficou evidente na disputa para a presidência do Brasil e demais cargos do poder executivo e legislativo estadual, a existência de projetos de poder antagônicos aos interesses da classe trabalhadora e essencialmente fundamentados em valores e princípios antidemocráticos, avessos aos direitos humanos e totalmente subordinados aos interesses imperialistas.

Partindo do entendimento do que vinha ganhando hegemonia na sociedade, explicitado com o golpe de Estado de 2016 e com a prisão arbitrária do ex-presidente Lula, em abril de 2018, representando o que havia de maior retrocesso político, econômico, social e cultural para o país, o sindicato firmou o comprometimento político, em nível nacional, de apoio ao projeto democrático, e no estado, centrou forças em eleger a então coordenadora geral do Sind-UTE/MG à função de deputada estadual de Minas Gerais.

Outro exemplo, foi a realização do 11º Congresso Estadual da categoria, que ocorreu entre os dias 31 de maio a 3 de junho de 2018. A maior instância de deliberação da categoria, um espaço de debates sobre a conjuntura, a política educacional, através de mesas, trabalhos em grupos e oficinas. Neste momento, a assistente social foi demandada para contribuir na organização do evento, participando de reuniões de planejamento e auxiliando a coordenação da primeira ciranda infantil do congresso com perspectiva da educação popular.

Foi no segundo semestre de 2018 que se realizou um encontro estadual de aposentados e aposentadas, momento em que a assistente social participou ativamente do planejamento e contribuiu na assessoria de uma oficina sobre o direito das mulheres em parceria com a diretoria de formação do sindicato.

Demandas de caráter assistencial e emergencial também surgiram para a assistente social. Majoritariamente apresentadas por telefone pelos/as filiados/as de todo o estado. Registram-se a solicitação de camas para pacientes domiciliares; casa de acolhimento para pacientes com câncer residentes no interior, mas que fazem tratamento na capital.

Há também demandas encaminhadas pelo setor jurídico geralmente para orientações e informações a respeito da rede socioassistencial de Belo Horizonte. Alguns conflitos ocorridos nas escolas, entre professores/as e diretores/as ou professores/as e auxiliares de serviços da educação básica (ASB), chegam até o sindicato e são ouvidos por uma representante da direção estadual que se responsabiliza por orientar e dar encaminhamento aos referidos assuntos. Inclusive, a direção do sindicato enxergou também em questões como esta a possibilidade de inserir a assistente social como uma das profissionais responsáveis no atendimento dessas demandas, razão que a levou a participar da escuta e acompanhamento de alguns destes relatos de modo a se inteirar da dinâmica do sindicato e contribuir na orientação dos casos. A maior parte destas demandas espontâneas, como mencionado anteriormente, associam-se ao tema do assédio moral, retificando a necessidade de se olhar essa questão que é uma das expressões das contradições capital-trabalho.

A experiência de atuação profissional em um espaço organizativo da classe trabalhadora, nesse caso específico, um dos maiores sindicatos do país, gera enormes expectativas quanto a atuação profissional. No entanto, ainda que o Sind-UTE/MG seja uma entidade organizativa e uma referência na luta da classe trabalhadora no estado de Minas Gerais, percebemos que os aspectos referentes à condição de profissionais inseridas na lógica da divisão social e técnica do trabalho, cujo trabalho desenvolvido não se isenta das típicas contradições do trabalho no sistema capitalista, e que goza de uma autonomia relativa, são aspectos que também se manifestam neste espaço socio-ocupacional.

Por ser a primeira experiência do Serviço Social no sindicato, é possível perceber uma morosidade no encaminhamento das propostas de trabalho, uma vez que as direções também têm relativa autonomia e se guiam pelas orientações do conselho geral para dar continuidade ou início a determinadas ações.

O Serviço Social nos sindicatos ainda é uma inserção profissional relativamente nova ou, pelo menos, com poucos registros a respeito. Com isso, o trabalho no Sind-UTE/MG precisa ir construindo seu caminho, uma vez que não há orientações pré-estabelecidas como se vê tantas vezes nos processos de trabalho previstos nas políticas sociais (seja na área da Saúde, da Assistência Social, dentre outras). O que, não necessariamente é algo negativo, mas que certamente demanda uma maior criatividade propositiva e interventiva.

As demandas chegam até o Serviço Social de forma esporádica e espontânea. Desta forma, é preciso se desafiar cotidianamente ao entendimento da realidade concreta, analisando a conjuntura e a correlação de forças em que a instituição se insere;

identificando e incidindo sobre as contradições que a realidade de trabalho apresenta e consolidando o trabalho desenvolvido neste espaço socio-ocupacional tão pouco explorado.

### **Considerações**

Buscamos com este artigo contribuir diretamente com os estudos das áreas de trabalho profissional e movimentos sociais no âmbito do Serviço Social, tendo em vista a relevância dos registros e pesquisas a este respeito e cientes de quão modesta é a presente contribuição, sendo-nos desafiador avançar e aprofundar a discussão aqui apresentada.

As problematizações que se abrem para estudos e escritos futuros são diversas: tratar dos aspectos que constituem as dimensões do trabalho nos marcos do modo de produção capitalista – o trabalho concreto e o trabalho abstrato – aplicando ao Serviço Social; tratar de como se conforma o processo de trabalho neste espaço socio-ocupacional; como o caráter educativo ganha materialidade no trabalho desenvolvido pela assistente social; quais os limites e potencialidades postos no cotidiano de trabalho; tratar da interlocução profissional com os movimentos sociais com destaque na intervenção profissional; isso para citar apenas algumas.

### **Referências**

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** 16. ed. São Paulo, Cortez, 2015.

DURIGUETTO, M.L; MONTAÑO, C. **Estado, classe e movimento social.** 3ed. São Paulo, Cortez, 2011.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio.** São Paulo, Abril Cultural, 1982.

MATTOS, B. M. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SIND-UTE/MG. **Nossa História.** Disponível em:  
<<http://sindutemg.org.br/institucional/nossa-historia/>> acesso em 09 de abril de 2019.